

MEMÓRIAS QUEBRADAS: CONSCIENTIZAÇÃO HISTÓRICA PELA MEMÓRIA DAS LUTAS POPULARES

Broken memories: Historical conscientization through the memory of popular struggles

Memorias quebradas: Concientización histórica a través de la memoria de las luchas populares

Pablo Pamplona¹

DOI: doi.org/10.31501/esf.v2i36.16818

Resumo: Este artigo apresenta uma análise do podcast Memórias Quebradas, produzido por jovens da periferia de São Paulo, no qual, para confrontar o estigma de violência imposto à população periférica, compartilham memórias de lutas populares do mesmo território. Tomando inspiração de autores ligados à práxis dos movimentos sociais da América Latina, descrevo uma epistemologia própria do Sul global que carrega quatro eixos de conscientização histórica e valorização da agência transformadora do povo.

Palavras-chave: Conscientização. Memória social. Movimentos sociais. Tempo histórico. Agência.

Abstract: This paper presents an analysis of the Memórias Quebradas podcast, produced by young people from the outskirts of São Paulo, in which, to confront the stigma of violence imposed on the peripheral population, they share memories of popular struggles in the same territory. Taking inspiration from authors linked to the praxis of social movements in Latin America, I describe an epistemology specific to the Global South that carries four axes of historical conscientization and valorization of the transformative agency of the people.

Keywords: Conscientization. Social memory. Social movements. Historical time. Agency.

Resumen: Este artículo presenta un análisis del podcast Memórias Quebradas, producido por jóvenes de la periferia de São Paulo, en el que, para afrontar el estigma de violencia impuesto a la población periférica, comparten memorias de luchas populares del mismo territorio. Inspirándome en autores vinculados a la praxis de los movimientos sociales en América Latina, describo una epistemología específica del Sur Global que se sustenta en cuatro ejes de concientización histórica y valorización de la agencia transformadora del pueblo.

Palabras-clave: Concientización. Memoria social. Movimientos sociales. Tiempo histórico. Agencia.

¹ Doutor, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, Brasil. pablopamplona@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-2744-9196>.

Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos.

– Ailton Krenak (2020, p. 23).

Um novo agente nas lutas por memória da Zona Sul

Em 1996, o distrito Jardim Ângela, na periferia da Zona Sul de São Paulo, tornou-se conhecido como a região urbana mais perigosa do mundo, com mais de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas. A Organização Mundial da Saúde considera “epidêmica” a taxa de 10 homicídios para cada 100 mil. As notícias envolviam brigas entre gangues, grupos paramilitares de extermínio, policiais militares que atuavam como matadores de aluguel, e os principais veículos de mídia tratavam os distritos vizinhos de Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luís como o “triângulo da morte”.

Começava a se consolidar a “história única” (Adichie, 2019) de uma região violenta, um estigma que se impôs como um obstáculo e que ainda afeta sua população. Até hoje é comum que moradores ocultem ou troquem os nomes de seus bairros – por exemplo, em seus currículos, quando se candidatam a um emprego – para escapar desse estigma. Como observa Alessandra Oliveira, ocupam assim o “lugar daquilo que não tem nome, ou não deve ser nomeado ou pronunciado, operando um mecanismo de silenciamento” (2022, p. 84).

Ainda em 1996, ativistas e movimentos sociais do Jardim Ângela convocaram a primeira Caminhada Pela Vida e Pela Paz – organizada anualmente até hoje em todo 02 de novembro, Dia de Finados – e em seguida fundaram o Fórum em Defesa da Vida com o objetivo de criar uma “rede de

proteção contra a violência” (Crowe *et al.*, 2016). A iniciativa segue uma longa tradição de movimentos sociais de base comunitária que se formaram na região a partir do final da década de 1960 com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Mais recentemente, a partir do acúmulo e da atividade continuada do Fórum, e com a sua articulação por muitas frentes, com servidores públicos, pesquisadores, professores e novas gerações de ativistas, foi criado em 2019 o Centro de Memória das Lutas Populares Ana Dias, um agrupamento de ativistas e pesquisadores ligados aos movimentos sociais e culturais da Zona Sul com o objetivo de unificar esforços de pesquisa, produção e divulgação de memórias de lutas populares.

Em minha pesquisa de doutorado (Pamplona, 2025), apresentei as trajetórias que levaram à formação do Centro Ana Dias. Mostro como essa organização é precedida e inspirada por outras lutas sociais que se dedicam, cada uma à sua maneira, a construir e disputar sentidos sobre o passado. O Centro Ana Dias dá continuidade às trajetórias e confluências dessas e outras lutas sociais da Zona Sul, mas com o ineditismo de ser uma organização dedicada centralmente à construção da memória de lutas populares.

O podcast Memórias Quebradas

Este artigo decorre de uma pesquisa-ação participativa² (Fals Borda, 1985) com uma conjunção de ferramentas de análise: observação participante, entrevistas semiestruturadas, análise de documentos históricos e de produções culturais midiáticas. No caso do que será apresentado adiante,

² Eu próprio fui ativista do Fórum em Defesa da Vida entre 2013 e 2020 e sou membro cofundador do Centro Ana Dias.

estendo a análise do podcast Memórias Quebradas (Centro Ana Dias, 2021)³, que é o trabalho do Centro Ana Dias de maior alcance até hoje⁴. A partir de exemplos retirados do podcast, proponho aqui uma sistematização de quatro eixos de *conscientização histórica* como forma de confrontar o estigma de violência e revalorizar a agência e dignidade da população periférica da Zona Sul. A narração dessas memórias expressa uma epistemologia própria do Sul global, uma *cosmovisão periférica*: a consciência crítica da agência do povo periférico na história, para além de sua realidade local, mas tomando-a como ponto de partida e de chegada.

A produção do podcast foi garantida de 2020 a 2024 com o auxílio de bolsas de extensão universitária da Universidade de São Paulo para três estudantes de graduação – Rafael Lucas Leonel, Saulo Vilanova e Vitória Viana –, ativistas nascidos e criados nas periferias da Zona Sul, integrantes do Centro Ana Dias. Em uma reunião do Centro Ana Dias, Saulo Vilanova afirmou, em um importante autorreconhecimento de seu trabalho de pesquisa, que não há nenhuma fonte que sistematize tanta informação sobre o território quanto o podcast. De fato, a carência de informações sobre a formação histórica das periferias é um tema discutido longamente no Memórias Quebradas.

Contando a primeira temporada (de 2021) e a segunda (2024), o Memórias Quebradas tem 17 episódios que totalizam mais de oito horas de material concentrado nas memórias e histórias das periferias da Zona Sul de São Paulo. Em sua estrutura narrativa, cada episódio é formado por um diálogo improvisado entre os narradores (na maioria dos episódios, entre Rafael e Saulo) com base em

³ Todas as citações diretas do podcast foram transcritas por mim.

⁴ Entre outras ações menores, antes do podcast, o Centro Ana Dias tinha organizado um arquivo digital sobre lutas da Zona Sul e tinha realizado duas exposições sobre a Caminhada Pela Vida e Pela Paz (Pamplona, 2025, p. 296-303). Mais recentemente, o Centro realizou oficinas na Rede Ubuntu de Educação Popular e contribuiu na organização de um ato de memória pelos 50 anos da primeira Assembleia do Povo do Movimento do Custo de Vida, realizada em 20 de junho de 1976 e rememorada em 20 de junho de 2026 no mesmo local, no pátio do Colégio Santa Maria.

um roteiro de tópicos elaborado previamente por eles. Os temas dos episódios – a importância da memória, a importância da memória para a periferia, a história do território, os movimentos de cultura do território etc. – avançam, gradualmente, no conhecimento sobre a Zona Sul e suas tradições de lutas populares.

Esse trabalho coletivo de pesquisa e divulgação recebeu o reconhecimento de pessoas e organizações envolvidas nas lutas pela memória e nos estudos da memória, inclusive cursos de pós-graduação que convidaram esses estudantes de graduação para dar formações, e aproximou o Centro Ana Dias de instituições como o Museu das Favelas e o Museu da Cidade de São Paulo.

Apesar do caráter amador do podcast, ele representa uma expansão significativa do trabalho de memória no território, em particular sua memória de ativismo, de agência popular, em contraste com a “história única” que reduzia o território às suas altas taxas de homicídio. Demonstra, assim, a eficácia da mídia como forma de, como recomenda Ann Rigney (2018), reconstruir a memória social “para além do traumático”.

Eixos de conscientização histórica

Na pedagogia crítica de Paulo Freire, o processo de *conscientização* implica “que ultrapássemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (1980, p. 26). Essa nova posição epistemológica, posta na relação dos sujeitos com a sua realidade, revela a consciência no seu movimento dialético e permanente: “A conscientização, como atitude crítica dos homens na história, não terminará jamais. ... A conscientização, que se apresenta como um

processo num determinado momento, deve continuar sendo processo no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada mostra um novo perfil” (Freire, 1980, p. 27). A realidade é desvelada pela consciência crítica, que impulsiona a ação transformadora; e a realidade transformada apresenta novos desafios, exigindo novos esforços de conscientização.

O ato de conscientização, portanto, como podemos compreender a partir de Freire, não resultaria apenas naquilo que Rüsen (1989) conceituou como *consciência histórica*, pois não se resume à apreensão cognitiva do tempo histórico pelo sujeito. Mais além, “a conscientização é um compromisso histórico. ... Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece” (Freire, 1980, p. 26). O ato de conscientização é aquele que não só amplia o conhecimento da realidade, como também a disposição para agir sobre ela. Além do componente *cognitivo*, a conscientização carrega os componentes *afetivo* e *conativo*. Em resumo, ela diz respeito a modos de pensar, sentir e agir de acordo com a possibilidade – e a realidade concreta – da mudança histórica.

A educação libertadora elaborada por Paulo Freire envolve “uma relação dialógica permanente” (2018, p. 77) entre educador e educandos. Essa relação, obviamente, não pode ser estabelecida através de um suporte midiático como o podcast. De todo modo, o trabalho dos jovens produtores e narradores do podcast – eles próprios educadores populares e ativistas periféricos – pode servir como inspiração, não como objetivo nem como modelo rígido, para projetos voltados a restaurar a dignidade de comunidades em relação à sua própria história.

Como se manifesta, que caminhos pode tomar, a conscientização crítica? Se a conscientização é um “compromisso histórico”, de que maneira ela se relaciona com a compreensão crítica do tempo histórico? Sem pretender dar uma resposta definitiva a essas questões, mas pegando inspiração de

autores ligados à práxis dos movimentos sociais da América Latina, como Freire e Martín-Baró, discuto a seguir quatro eixos inter-relacionados do mesmo movimento de conscientização histórica: (a) historicização do presente, (b) abertura de expectativas de futuro, (c) expansão da história como um todo único, e (d) valorização da agência transformadora do povo.

a) Historicização do presente

Nos primeiros minutos do episódio *Teaser* que abre a primeira temporada do podcast *Memórias Quebradas*, Rafael Lucas Leonel comenta:

E é exatamente sobre essas memórias, das nossas lutas populares, que a gente tenta resgatar aqui no nosso podcast. E principalmente se tratando das regiões dos bairros do Jardim Ângela, Capão Redondo, Jardim São Luís, Campo Limpo, que são quebradas aqui da Zona Sul de São Paulo, que como várias outras no mundo, tiveram suas coisas conquistadas através de um processo de muita luta. Coisas que a gente acha, às vezes, que foram dadas pra gente, como escolas, hospitais, creches, transporte, cultura, educação, saúde e lazer, no geral, mas na verdade elas foram conquistadas por pessoas aqui dos nossos próprios bairros, lutando em unidade, em movimentos, em coletivos, em organizações, pra gente fazer das nossas quebradas um lugar melhor. (Centro Ana Dias, 2021).

De largada, os narradores historicizam os equipamentos públicos da periferia como resultado “de muita luta”. Fazem aqui uma referência indireta – e mais tarde retornarão com mais detalhes a isso – aos movimentos sociais impulsionados nas décadas de 1970 e 1980 pelas CEBs e seus Clubes de Mães. Ao longo dos episódios 03, 04 e 05 do podcast, articulam a história da Zona Sul também com a história colonial do país, discutem a dominação latifundiária na região, situam o papel da Igreja católica na ocupação das terras, e passam pela industrialização e urbanização da cidade, para compreender o

território como o conhecemos hoje. No quinto episódio, “*História do território (parte 2)*”, Saulo Vilanova dá as datas de fundação de dois terminais de ônibus e uma estação de metrô da região:

Em 1997 a gente tem a inauguração do famosíssimo Terminal Capelinha, a estação do Capão foi inaugurada em 2002, faz muito tempo e até hoje a gente não tem, por exemplo, a estação do Jardim Ângela, enfim. O Terminal Jardim Ângela foi inaugurado em 2003, e desde a época dessa inauguração da Estação Capão, como eu até fiz a brincadeira, a gente luta aí pela estação de metrô no Jardim Ângela que, dado curioso, é o distrito mais populoso de São Paulo que não tem metrô. (Centro Ana Dias, 2021).

Sob um olhar apressado, as datas de abertura de um terminal de ônibus ou de uma estação de metrô pareceriam nada mais que uma informação vazia que agrega pouco ou nenhum valor àquele equipamento, sem afetar a relação de seus usuários com ele – que, com base na crítica à “educação bancária”, elaborada por Freire, chamei de “memória bancária” (Pamplona, 2025). Saulo, contudo, se vale da informação para problematizar a fundação desses poucos equipamentos em articulação com a situação presente de precariedade do transporte público.

Mais ainda, pareceria trivial dizer que tudo está em movimento e que nada está encerrado, que tudo tornou-se um dia aquilo que hoje é, e caracterizar essa operação simples – historicizar o presente – como uma dimensão do ato de conscientização. Contudo, como observa o psicólogo social Ignacio Martín-Baró, inspirado nos trabalhos de Freire e Fanon: “A colonização social somente consegue se enraizar quando é articulada ideologicamente na mentalidade de pessoas e grupos, ficando, assim, justificada, isto é, ganhando a aparência de uma realidade que não é histórica, mas natural” (Martín-Baró, 2017, p. 193). Pela introjeção cotidiana da violência colonial, as classes oprimidas assumem uma “atitude fatalista” sobre a existência, assumindo sua situação como dada, *a-histórica*. Uma das características fundamentais do fatalismo seria o presentismo, a percepção de um tempo

estaque “sem memória do passado e nem planejamento do futuro” (Martín-Baró, 2017, p. 177). Na mesma linha de Freire e Fanon, Martín-Baró destaca que essa percepção é, ela própria, histórica. O fatalismo não é uma característica “natural” ou “imane” do povo, mas uma construção social com a funcionalidade política de tornar impensável qualquer tentativa de transformação da realidade.

Martín-Baró reconhece que existe um elemento de verdade no fatalismo, um certo realismo sustentado na experiência das maiorias populares latino-americanas, pois os projetos de transformação são, de fato, insistentemente bloqueados pelas estruturas de dominação de classe: “A propriedade privada, enquanto um dos princípios máximos da convivência, consagra o despojamento permanente das maiorias, as quais não encontram possibilidade real de controlar seu próprio destino. O lugar de nascimento converte-se, assim, em lugar de destino” (2017, p. 194). É também o que demonstra Marcela Rosa com sua pesquisa sobre a atitude fatalista entre trabalhadores do campo, que, frente “às dívidas que vão se renovando a cada nova safra, ... veem seu horizonte temporal restrito ao momento presente da safra em curso” (2020, p. 7).

Embora Martín-Baró discutisse (na década de 1980) um “fatalismo” atribuído particularmente aos povos pobres da América Latina, sua análise tem fortes paralelos com análises da modernidade tardia (Pamplona, 2024), como na descrição do “realismo capitalista” por Mark Fisher (2020) e na percepção de “fim da história” que atinge os povos do Norte global. Seria o caso de expandir a crítica desse “aparente encantamento do tempo histórico” (Martín-Baró, 2017, p. 174) à luz da teoria do fetichismo da mercadoria.

Para os fins deste artigo, retornando ao exemplo do Memórias Quebradas, basta reforçar que o presentismo encontra paralelos também na experiência da população com o espaço da cidade – os

próprios terminais de ônibus tornam-se dados a-históricos da paisagem – e cabe destacar a sugestão de Martín-Baró de que: “O primeiro elemento para a eliminação do fatalismo é a *superação do presentismo*, não somente abrindo a mente para o futuro, mas também *recuperando a memória* do passado, pessoal e coletivo” (2017, p. 198, itálicos no original).

Através de seu podcast, o Centro Ana Dias destaca a historicidade na produção do espaço, e não o faz simplesmente em nome do conhecimento, na esperança de que a memória, por si só, serviria como um combustível para a mudança. Pois, ao mesmo tempo que historiciza o presente, o Centro Ana Dias busca, ativamente, abrir as expectativas de futuro.

b) Abertura de expectativas de futuro

Saulo Vilanova fecha o episódio 01 do podcast Memórias Quebradas, “*A importância da memória*”, com um chamado à ação:

Muito importante que a gente olhe, com tudo que a gente já falou aqui hoje, que a gente olhe sobre essa memória, sobre essa história, com olhos pro presente, pro passado, e também pro futuro. Afinal de contas, é tentando reconstruir essa história, tentando reconstruir a história e construir a memória, que a gente vai conseguir dar importância a coisas que são importantes pra nós, dar voz a coisas que são importantes pra nós enquanto periféricos também. ... E esse podcast aqui ele também entra pra, justamente, disputar um pouquinho essa memória aí. Vocês vêm com nós também? (Centro Ana Dias, 2021).

Seu parceiro de narração, Rafael Lucas Leonel, acrescenta: “A gente tem lugar nessa disputa e a gente tem que ter lugar e tem que ter posição nessa disputa” (Centro Ana Dias, 2021). Chamados

como esse se repetem ao longo de toda a temporada. No episódio final, a terceira narradora do podcast, Vitória Viana, também orienta o trabalho de memória do Centro Ana Dias à ação para o futuro:

E é por isso que espaços assim, como de pesquisa, como o Centro de Memória, como esse espaço também do podcast, são importantes pra nós. Porque aqui a gente pode falar através das ferramentas que nós conseguimos através da universidade, mas também trazer isso pro nosso bairro, trazer isso como uma contribuição pro nosso conhecimento que já existe. (Centro Ana Dias, 2021).

Haja visto que o Centro Ana Dias nasce da confluência de diferentes lutas sociais da Zona Sul de São Paulo, dando continuidade a elas, sua intenção de trabalhar a memória dessas lutas não representa somente um projeto de conhecimento do passado, mas sobretudo de fortalecimento dessas lutas. Seu trabalho está alinhado, assim, com a proposta de “recuperação crítica da história” pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda: “É descobrir seletivamente, mediante a memória coletiva, elementos do passado que foram eficazes para defender os interesses das classes exploradas e que voltam outra vez a ser úteis para os objetivos de luta e conscientização” (1985, p. 139, trad. minha; também citado em: Martín-Baró, 2017, p. 198).

Assim, o trabalho de memória do Centro Ana Dias não opera dentro da lógica hegemônica das políticas de memória, no princípio do “lembrar para não repetir”, ou do que Ann Rigney (2018; 2025) chamou de “paradigma traumático”, lógica esta pela qual o próprio futuro “é imaginado como a ausência de algo ruim, em vez da presença de algo bom ou da abertura de novas possibilidades” (2025, p. 4, trad. minha). É o caso de muitos trabalhos de memória relacionados às ditaduras latino-americanas, ao Apartheid na África do Sul e ao Holocausto: o “dever da memória” se concentra na negação do passado – “nunca mais” – e não à abertura de novas alternativas de futuro.

Rigney sugere um novo paradigma aos estudos da memória centrado não no trauma, mas na

esperança, virando a atenção da violência às experiências de ativismo e de movimentos sociais do passado. Na mesma linha, Mónica Iglesias propõe o conceito de “memória afirmativa”, que dá atenção aos repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais e “põe em ação, potencia e projeta os sujeitos sociais; é uma memória que impulsiona a atuar” (2020, p. 124, trad. minha).

Mariana Penna reforça a importância da memória para a construção das utopias no meio dos movimentos sociais. Tomando exemplos como o Afrofuturismo e o Futurismo Indígena, ela destaca que a memória tem para os movimentos sociais uma dupla função: por um lado, uma função de desacordo-diagnóstico, isto é, uma função negativa e contestadora da realidade, e, por outro, uma função de autoafirmação-inspiração. Neste caso, o “objetivo é desenvolver-se a partir dos exemplos do passado que convergem com os próprios anseios para alcançar o futuro almejado” (Penna, 2021, p. 136). Assim também na experiência da pesquisa-ação participativa de Fals Borda, a “memória coletiva e crítica convidava à ação, a fazer algo concreto para corrigir as injustiças, já que, se nossos avós lutaram contra os ‘brancos’ com relativo êxito, por que não agora?” (1985, p. 89, trad. minha).

Esse giro de atenção nos temas da memória, da violência para a luta social, carrega também uma virada epistemológica alinhada aos interesses das maiorias populares, provocando-nos a repensar a nossa relação com o tempo. “Tradicionalmente, a memória tem sido definida em termos de uma relação dual entre passado e presente ... Nessas compreensões revisadas de tempo e memória, futuro e passado deixam de ser orientações mutuamente exclusivas” (Rigney, 2025, p. 3, trad. minha). Aqui já não faz mais sentido, por exemplo, dizer que devemos deixar o passado “para trás” para olhar “para frente” no futuro, como é comum encontrar em discursos que, orientados ao progresso e desenvolvimento “civilizacional”, recusam as tradições como se estas fossem antípodas do futuro. “Essa

memória [afirmativa] ... não idolatra os mortos; toma deles o legado de luta para fazer mais fértil a terra da revolta” (Iglesias, 2020, p. 124, trad. minha).

As propostas dessas autoras coincide com o projeto do Centro Ana Dias, que busca confrontar o estigma de violência imposto aos bairros da Zona Sul de São Paulo com a memória das lutas populares do mesmo território. Ao relembrar os equipamentos públicos de seu território enquanto conquistas de movimentos sociais do passado, Rafael, Saulo e Vitória revelam a agência do povo organizado, sua capacidade de mudança social, como um fato histórico, e reabilitam a luta e a construção do poder popular como um caminho viável de libertação.

c) Expansão da história como um todo único

A realidade local das periferias da Zona Sul de São Paulo é o tema central do podcast, seu ponto de partida e de chegada. Ponto de partida porque, como na pedagogia de Paulo Freire, o conhecimento não se constrói no vácuo, mas sim a partir da experiência dos narradores do podcast, com os desafios e contradições próprios da realidade onde estão inseridos. Efetivamente, o episódio 01 começa com Saulo e Lucas compartilhando suas próprias memórias pessoais sobre o “salve geral” do Primeiro Comando da Capital em 2006 – um marco de demonstração de poder do crime organizado nas periferias de São Paulo – para mostrar como suas experiências pessoais se articulam a uma história ampla. Como Lucas dirá em um evento público do Museu das Favelas, ao qual o Centro Ana Dias foi convidado:

Esse é nosso primeiro momento de pesquisa, ele parte muito da gente, da nossa própria história e como é que a gente comunica isso com a memória de um bairro, e como é que a gente comunica isso com

uma conjuntura nacional, uma conjuntura latino-americana, uma conjuntura de mundo. (citado em: Pamplona, 2025, p. 325).

A partir daí é estabelecido um diálogo vivo entre os narradores, com base em um roteiro que eles prepararam para cada um dos episódios com os seus tópicos mais importantes. Em certa medida, esse diálogo coincide com o processo dialógico de desencadeamento crítico de temas significativos (Freire, 2018) até retornar à realidade concreta da periferia (seu ponto de partida) agora carregada de novos sentidos (o ponto de chegada).

No episódio 01, Rafael Lucas lembra da colonização e da luta por libertação na Angola para discutir a importância do registro e da escrita para a reprodução da memória e, portanto, para a demarcação da identidade angolana no seu projeto de libertação, em oposição ao projeto colonial de aniquilamento das tradições orais. Relacionam esse tema às tradições orais herdadas pela população periférica de seus próprios territórios. No episódio 05, os narradores fazem menções às ditaduras da Argentina, Chile e Uruguai (a referência à ditadura na Argentina retorna com maior profundidade na segunda temporada) e relacionam o tema da ditadura com a mobilização de lutas por moradia, educação e trabalho. Nos episódios 06 e 07, ambos com o tema *“Movimentos culturais na região”*, para falar sobre os movimentos de cultura e literatura periférica da Zona Sul, eles discutem a oposição colonial entre “cultura” e “folclore”, lembram que diversas formas de expressão cultural do povo já foram criminalizadas pelo Estado, passam pelo modernismo brasileiro e por autores e autoras como Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, entre outros temas. Nada disso reduz a atenção sobre a produção cultural própria do território. Ao contrário, enriquece o olhar sobre ele, compreendido agora como parte integrante da realidade histórica total. É destacado repetidas vezes que as periferias da Zona Sul de São Paulo têm suas próprias histórias dignas de serem

contadas, incluindo seus próprios grandes nomes de reconhecimento nacional, como são os casos de Mano Brown e dos poetas Solano Trindade (de Embu, cidade vizinha aos distritos da Zona Sul), Ferréz e Sérgio Vaz.

Depois de transitar por diversos tempos e localidades, a realidade do ponto de chegada não é a mesma da partida. Ela passou por uma *metamorfose* (Pamplona, 2025), uma transformação dos sentidos, é agora percebida com maior complexidade, e esse retorno levanta novas demandas de transformação. Trata-se, pois, de articular diversas temporalidades e espaços entre si e com a realidade total. Rafael, Saulo e Vitória reforçam que a história dessas periferias é interconectada à de incontáveis outros territórios. Contestam, assim, as operações de exclusão e desumanização da cosmologia moderna ocidental (Miglievich-Ribeiro, 2014) ao situar a periferia como eixo central, e tecem a história geral e as memórias de outros tantos territórios em torno de seu próprio território, como se este fosse o tecido-base de uma grande colcha de retalhos, como diria Soraia Ansara:

Na confecção de uma colcha de retalhos, um retalho solto pode parecer algo desprezível, entretanto, na medida que vamos tecendo, retalho por retalho, a colcha vai tomando forma, nos surpreendendo pela sua forma e pelos seus coloridos. É uma unidade construída pelos diferentes. Não tem parte que não se faça necessária ou que seja desprezível. Igualmente no caso da memória coletiva, recolhemos os fragmentos da memória (os retalhos dispersos) a fim de reconstruir uma nova trama (2005, 207-8).

Podemos ainda aproveitar o influente conceito de *constelação* proposto por Walter Benjamin (2019), também caro aos estudos da memória social. Segundo Rebeca Cabral: “Reconhecer historicamente o passado a partir da perspectiva da *constelação*, como nos propomos aqui, significa, portanto, olhar um ponto, um instante, onde diferentes momentos históricos – repletos de anacronias, incongruências e vazios – se entrecruzam e formam uma imagem distinta do passado” (2019, p. 92,

itálico no original).

As memórias narradas no podcast transitam das lutas sociais na periferia sul de São Paulo às lutas em outros lugares e países, transitam do colonialismo brasileiro ao angolano, transitam entre as ditaduras latino-americanas, expandindo-se e acumulando-se como uma constelação de referências, uma colcha de retalhos, um mosaico de memórias quebradas, mas sempre retornando à realidade presente da população periférica local: seu território, desde o asfalto de suas ruas até seus equipamentos públicos, agora situados como parte fundamental da história.

d) Valorização da agência transformadora do povo

“Não mais entendida apenas como local de pobreza, privação e sofrimento passível de comiserção, a periferia passa a ser um termo utilizado como marcador da presença ativa de populações vistas não sob o signo da fragilidade, mas da *potencialidade*” (D'Andrea, 2013, p. 10, itálico no original). Principalmente a partir dos anos 1990, com a difusão do rap, dos saraus, da literatura periférica e do crescimento dos coletivos de arte na periferia, formou-se uma nova subjetividade a partir das periferias e favelas brasileiras. Tiaraju Pablo D'Andrea, sociólogo e ativista da periferia da Zona Leste de São Paulo, conhecido e estudado entre os membros do Centro Ana Dias, caracterizou como *sujeito periférico* “o morador da periferia que passa a atuar politicamente a partir de sua condição e orgulhoso dela” (2013, p. 15). Esse orgulho é um fator fundamental na formação não apenas da subjetividade, mas também na consciência crítica do lugar que a periferia ocupa no todo histórico.

Enquanto os três eixos descritos anteriormente – (a) historicização do presente, (b) abertura de expectativas de futuro, (c) expansão da história como um todo único – caracterizam uma epistemologia mais geral sobre o tempo histórico, um certo conhecimento da relação das pessoas com o passado, o presente e o futuro, já aqui, a valorização da agência transformadora do povo integra nessa epistemologia um posicionamento ético-político que orienta a ação. Alinha-se, mais uma vez, com os projetos de autores ligados à práxis dos movimentos sociais latino-americanos, como Fals Borda (1985), que colocava a “valorização e emprego da cultura popular” (ao lado da “recuperação crítica da história”) como uma “técnica própria” de seu modelo de pesquisa-ação participativa junto aos movimentos camponeses, e Martín-Baró (2011), que destacava a “potencialização das virtudes populares” como uma “tarefa urgente” para a construção de uma psicologia da libertação.

No sétimo episódio do podcast Memórias Quebradas, *“Movimentos culturais da região – parte 2”*, Saulo Vilanova lembra que o Sarau da Cooperifa e o Sarau do Binho “são dois dos saraus mais conhecidos que a gente tem no Brasil, tá ligado, e que são aqui da nossa quebrada” (Centro Ana Dias, 2021). No episódio 10, *“Nosso lugar no Centro: a pesquisa das nossas quebradas dentro e fora da Universidade”*, o último da primeira temporada, Vitória Viana relembra as lutas de Ana Maria do Carmo, mais conhecida como Ana Dias, a homenageada no nome do Centro de Memória das Lutas Populares Ana Dias. Ela é uma militante histórica que atuou no território a partir da década de 1970 com as CEBs, os Clubes de Mães, o Movimento do Custo de Vida, e que é até hoje uma militante largamente conhecida na luta pela memória e justiça de seu marido, Santo Dias da Silva, operário assassinado em 1979 pela ditadura militar. Vitória comenta: “Ana e a sua história, até hoje, continua sendo referência na luta por uma cidade menos opressora e desigual. E parça. Mano. Ela é da nossa quebrada. Que

orgulho.” (Centro Ana Dias, 2021).

Como procurei mostrar, o objetivo dos produtores do podcast *Memórias Quebradas* fica claro desde a abertura do episódio *Teaser*. Trata-se, ao longo de todos os episódios, de comunicar um olhar histórico sobre as periferias da Zona Sul de São Paulo com atenção e orgulho sobre a agência do povo. Não se trata, de forma alguma, de uma leitura ingenuamente otimista sobre a história do território, pois as memórias de lutas sociais do passado são entrelaçadas às memórias da violência. Já foi destacado que o primeiro episódio do podcast começa com a memória do crime organizado. Aproveitando o termo empregado por Chimamanda Ngozi Adichie (2019), o Centro Ana Dias não busca substituir uma “história única” de violência por uma “história única” de agência, mas sim contar a história inteira na sua complexidade e com todas as contradições.

Nem tampouco se trata de uma leitura otimista sobre as culturas da memória, como na associação quase automática, no senso comum da esquerda, entre memória, justiça e direitos humanos. Ao longo do podcast, Rafael, Saulo e Vitória apresentam críticas sobre a desigual distribuição de recursos na produção e reprodução das narrativas sobre o passado. São apresentados diversos exemplos, desde a perseguição e criminalização de culturas e religiões de matriz africana até a instituição de monumentos, currículos escolares, feriados e “heróis da pátria”. A reconstrução crítica da memória do território não se dá como uma defesa da memória em abstrato, mas exatamente em oposição aos usos políticos do passado pelos dominadores.

Poderíamos acrescentar, com Mirta Videla: “O colonialismo não seria tão eficaz se não tivéssemos trazido o inimigo para dentro, por isso buscamos superar essa visão miserabilista da memória como lamento, sem trivializar a dor” (2019, p. 13, trad. minha). Sem trivializar a dor, e a

despeito das forças dominantes que buscam encerrar seu território em um estado fixo e *a-histórico*, o Centro Ana Dias narra sobre a Zona Sul como um território digno de memória não pelos altos índices históricos de homicídio, mas pela sua história rica em cultura e luta social.

Considerações finais

O Centro de Memória das Lutas Populares Ana Dias nasce em 2019 a partir de uma articulação de diferentes lutas sociais e herda dessas lutas o desejo de reconstruir a história da Zona Sul de São Paulo. Seu trabalho de memória representa uma especialização e expansão dos trabalhos de memória que já eram cumpridos por diferentes agentes do território, artistas e movimentos sociais, e caracteriza o que podemos chamar de cosmovisão periférica. Destaca-se desse trabalho um modo de compreender o tempo histórico e a realidade da periferia em sua relação com o todo histórico; uma epistemologia própria do Sul global, emergente das lutas sociais, desde baixo, que carrega consigo os quatro eixos no movimento de conscientização histórica descritos neste artigo. Não se trata de uma novidade trazida pelo Centro Ana Dias, mas um saber antigo que, no contexto dessa tradição de lutas sociais, torna-se mais explícito com o Memórias Quebradas.

Na educação libertadora, é “indispensável” que as pessoas “se descubram como Pedro, Antônio, como Josefa, com toda a significação profunda que tem essa descoberta” (Freire, 2018, p. 238). Para uma memória libertadora, é indispensável que se descubram como agentes da história. Sem dúvidas, a narração através de um podcast não é equiparável ao processo de educação libertadora nos moldes de Paulo Freire. Contudo, se consideramos a importância de se escrever o próprio nome para a dignidade do oprimido, não é de pouca importância que um território estigmatizado pela violência, o

“lugar daquilo que não tem nome, ou não deve ser nomeado ou pronunciado” (Oliveira, 2022, p. 84), seja “renomeado” e dignificado a partir da memória de suas lutas populares. O podcast Memórias Quebradas abre caminhos de contestação das narrativas dominantes que buscam encerrar territórios e populações periféricas em uma imagem fixa e estigmatizada, uma “história única” de violência. Apresenta novos meios para a reconstrução das culturas da memória no país, para além do paradigma traumático, em vistas de uma memória orientada à transformação social.

Referências

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Ansara, S. (2005). *Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica*. [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://www.repositorio.pucsp.br/handle/handle/17073>
- Benjamin, W. (2019). Sobre o conceito da História. In J. Barrento (Org.). *O anjo da história* (pp. 7-20). Autêntica.
- Cabral, R. L. (2019). *Memórias de dor em Buenos Aires: de ex centros clandestinos a lugares de memória e consciência*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.16.2019.tde-04102019-103242>
- Centro Ana Dias. (2021). *Memórias Quebradas - primeira temporada* [Podcast]. Anchor.fm. <https://open.spotify.com/show/1BLmHbV4f4fRHCKFWt1ITs>
- Crowe, J., Maria, L., Simões, C., & Tavanti, R. M. (2016). Fórum em Defesa da Vida: 20 anos de resistência pela vida dos/as jovens que vivem nas periferias da Zona Sul de São Paulo. *Estação de Pesquisa M'boi – Working Papers*, 09. FGV/EAESP. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17142>
- D'Andrea, T. P. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. [Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304>
- Fals Borda, O. (1985). *Conocimiento y poder popular: lecciones con campesinos de Nicaragua, Mexico, Colombia*. Punta de Lanza.
- Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*. Autonomia Literária.
- Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (3 ed.). Editora Moraes.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia do oprimido* (66 ed.). Paz e Terra.
- Iglesias, M. (2020). Notas para una conceptualización de la “memoria afirmativa” de los movimientos sociales. In: X. Faúndez, F. Hatibovic, & J. Villanueva (Eds.), *Aproximaciones teóricas y conceptuales en estudios sobre cultura política, memoria y derechos humanos*. Universidad de Valparaíso.

<https://repositoriobibliotecas.uv.cl/serveruv/api/core/bitstreams/100addba-3c62-459e-afe6-533cdc363e56/content>

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Martín-Baró, I. (2011). Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Júnior (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (2 ed., pp. 181–197). Alínea.

Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na América Latina: estudos psicossociais*. Vozes.

Miglievich-Ribeiro, A. (2014). Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 14(1), 66–80.
<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16181>

Oliveira, A. K. (2022). *Gritos e silêncios: um mergulho no cotidiano e na intimidade de mulheres negras ativistas da periferia sul de São Paulo*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.
<https://doi.org/10.11606/D.8.2022.tde-25112022-133831>

Pamplona, P. (2024). Realismo pandêmico e as contradições do fatalismo na modernidade tardia. In M. Souza, A. Digiovanni, R. Ribeiro, R. Silva, & N. Leite Júnior (Orgs.), *Ignacio Martín-Baró em diálogo: Contribuições para os estudos latino-americanos* (pp. 70–89). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
<https://doi.org/10.11606/9786587596419>

Pamplona, P. (2025). *Metamorfoses e teimosias da memória: Um estudo de trabalhos de memória em lutas sociais*. [Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.47.2025.tde-06082025-143258>

Penna, M. A. (2021). Utopias e ucronias: inquietações do presente e usos políticos do passado. *História Revista*, 26(2), 112–141. <https://doi.org/10.5216/hr.v26i2.68644>

Rigney, A. (2018). Remembering hope: transnational activism beyond the traumatic. *Memory Studies*, 11(3), 368–380. <https://doi.org/10.1177/1750698018771869>

Rigney, A. (2025). *Remembering hope: the cultural afterlife of protest*. Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/oso/9780197789711.001.0001>

Rosa, M. P. (2020). O fatalismo no trabalho camponês: da submissão às possibilidades de ruptura. *Psicologia & Sociedade*, 32, e190747, 1–15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32190747>

- Rüsen, J. (1989). Conscientização histórica frente a pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência”. *História: Questões & Debates*, 10(18-19), 303–328. <https://doi.org/10.183/165042>
- Videla, M. (2019). Hacia una "psicología andina" para la liberación. *Revista de Psicología-Tercera época*, 18(1), 3–25. <https://doi.org/10.24215/2422572Xe025>

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2025/03270-6.